

## **A PRÁTICA DA CATALOGAÇÃO NA BIBLIOTECA DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**

**Gerlaine Pereira da Rocha**

Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro  
Brasil

**Naira Christofolletti Silveira**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)  
Brasil

### **RESUMO**

O Século XIX marca profundamente a história da Biblioteconomia no Brasil, foi neste período que a Família Real Portuguesa chegou ao Brasil trazendo sua Biblioteca, que se tornou, posteriormente, a Biblioteca Nacional do Brasil, uma das maiores bibliotecas do mundo. Este trabalho tem como objetivo analisar como a representação da informação se desenvolveu, com base na prática da catalogação em bibliotecas brasileiras. Para isso, investiga-se a trajetória da representação da informação em uma biblioteca criada no Século XIX, a saber, a Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros, denominada a partir de 2014 como Biblioteca Daniel Aarão Reis, que se encontra em funcionamento até os dias de hoje. Trata-se de um estudo de caso, pois se analisa o caso específico de uma biblioteca, utiliza a pesquisa documental para identificar elementos presentes nos catálogos analisados e, também, a entrevista estruturada para coleta de dados. Conclui-se que a Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros, fundada em 1895, teve três momentos expressivos em sua trajetória: primeiro momento, a organização do acervo; segundo momento, a automação; e o último e atual momento, a busca por interoperabilidade. Esses três momentos vivenciados na prática da catalogação nesta Biblioteca reflete o desenvolvimento da catalogação em âmbito teórico e tecnológico, em um primeiro momento a catalogação era isolada, dependendo de diretrizes locais, e atualmente se busca a utilização de sistemas informatizados, parâmetros internacionais e a interoperabilidade entre sistemas.

**Palavras-Chave:** Catálogo; Catalogação; História; Memória; Representação Documentária.

## **THE PRACTICE OF CATALOGING AT THE INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS LIBRARY**

### **ABSTRACT**

The Nineteenth Century mark deeply the history of librarianship in Brazil, was in this period that the Portuguese Royal Family arrived in Brazil bringing its library, which became later the National Library of Brazil, one of the largest libraries in the world. This study aims to analyze how the information representation was developed, based on the practice of cataloging in Brazilian libraries. For this, we investigate the trajectory of information representation in a library created in the nineteenth century, namely the *Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros*, known from 2014 as *Biblioteca Daniel Aarão Reis*, which is in operation to this day. This is a case study because it analyzes the specific case of a library, using documentary research to identify the elements present in the analyzed catalogs and the structured interview for data collection. We conclude that the *Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros*, founded in 1895, had three significant moments in its career: first, the organization of the collection; secondly, automation; and the last and present, the search for interoperability. These three moments experienced in the practice of cataloging this library reflects the development of cataloging in theoretical and technological level, at first cataloging was isolated, depending on local guidelines and currently seeking the use of computerized systems, international standards and interoperability between systems.

**Keywords:** Catalog; Cataloging; History; Memory; Documentary Representation.

## 1 INTRODUÇÃO

A temática deste trabalho compreende a Representação da Informação (RI) em catálogos de bibliotecas brasileiras e a discussão sobre seu desenvolvimento. Objetiva analisar como a RI se desenvolveu, com base na prática da catalogação em bibliotecas brasileiras.

Considerando que as bibliotecas brasileiras tiveram um grande crescimento a partir do Século XIX, com a vinda da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro, optou-se por selecionar uma biblioteca brasileira que tivesse sido criada neste período e que estivesse em funcionamento até os dias de hoje. Dentre as bibliotecas com esse perfil, selecionou-se para este estudo a Biblioteca Daniel Aarão Reis, do Instituto dos Advogados Brasileiros, e alguns fatos marcantes que ocorreram entre os Séculos XIX e XXI em seus catálogos.

Os catálogos contemplam a representação descritiva que, estabelece um conjunto de dados convencionais destinado a obter uma referência única e precisa de cada documento, e a representação temática, por sua vez, se ocupa da análise do

conteúdo temático de um documento, cuja finalidade principal é a recuperação por assuntos presentes em diferentes documentos (JIMÉNEZ MIRANDA, 2003).

A principal justificativa desta pesquisa se baseia no fato de que, conforme constatado por Souza (2009, p.4), “[...] são ainda bastante raros os trabalhos de investigação científica na área de Ciência da Informação, nomeadamente na temática catalogação”.

Acredita-se que estudos como este possam contribuir para o resgate da memória da atividade bibliotecária brasileira, assim como a história da própria instituição, pois o catálogo é um documento elaborado pelo profissional e está situado em um contexto institucional. Ao analisar o desenvolvimento de catálogo institucional e a representação da informação no Brasil, é possível (re)pensar a catalogação como um todo.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta pesquisa de cunho qualitativo pode ser classificada como exploratória e descritiva. Dentre os diversos caminhos possíveis para realizar esta pesquisa, optou-se pelo método ‘Estudo de Caso Único’. Yin (2010) traz uma definição de estudos de caso, divididas em duas partes:

- a) É uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real;
- b) A investigação do estudo de caso enfrenta a situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados e, como resultado, conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados convergindo de maneira triangular e, como outro resultado, se beneficia do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e a análise de dados.

Para a escolha deste caso decidiu-se realizar um levantamento das bibliotecas existentes no Município do Rio de Janeiro, com base no Cadastro Nacional de Bibliotecas da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Foram recuperadas 120 (cento e

vinte) bibliotecas<sup>1</sup>, das quais selecionou-se para a pesquisa as dos tipos especificados na Tabela 1, por conta de possuírem uma maior estrutura.

**Tabela 1: Bibliotecas do Rio de Janeiro selecionadas para a pesquisa.**

<b>Tipo de Biblioteca</b>	<b>Quantidade</b>
Pública municipal <sup>2</sup>	11
Pública estadual	2
Universitária	5
Especializada	11
Total	29

**Fonte: Fundação Biblioteca Nacional - 2013.**

A partir dos contatos das bibliotecas disponíveis no Cadastro supracitado ou de seus respectivos *sites*, investigou-se suas datas de criação, a fim de identificar aquelas surgidas no Século XIX. Chegou-se a duas bibliotecas: a do Instituto dos Advogados Brasileiros, criada em 1895; e a Biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), cuja data provável é de 1880. Por conta da falta de certeza em relação à data de criação desta última, a Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) foi a selecionada para compor o estudo de caso.

Selecionada a biblioteca para o estudo de caso, iniciou-se a pesquisa documental que envolveu a análise de quatro catálogos oriundos da Biblioteca. Para completar a coleta de dados foi realizada uma entrevista estruturada composta por 11 (onze) questões aplicadas à bibliotecária e ao estagiário, pois observou-se que os documentos existentes na Biblioteca Daniel Aarão Reis (denominação atual, entretanto, mais conhecida como a Biblioteca do IAB), não seriam suficientes para cumprir o objetivo desta pesquisa. Assim, buscou-se obter informações sobre a criação da Biblioteca, sobre funcionários que atuaram na sua formação e, principalmente, sobre seus catálogos, apresentados na Seção 3.

### **3 BIBLIOTECAS NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX AO XXI**

O Século XIX marca profundamente a história das bibliotecas no Brasil, especialmente daquelas situadas no atual Município do Rio de Janeiro. Segundo

Martins (2001) a atual FBN foi o primeiro estabelecimento oficial desse gênero instalado no Brasil. Schwarcz (2007, p.89) relatando a trajetória do acervo da Biblioteca Nacional brasileira afirma que quando esta foi instalada no Brasil

[...] havia outras bibliotecas na cidade [do Rio de Janeiro]: particulares, de conventos e de algumas instituições de ensino superior, como as da Academia Real dos Guarda Marinha, da Real Academia Militar, do Laboratório Químico Prático, da Academia Médico-Cirúrgica e do Arquivo Militar.

Sobre bibliotecas no Rio de Janeiro, Bessone também constata que por volta de 1874 havia na corte um número significativo de bibliotecas. Sendo assim,

[...] a cidade [do Rio de Janeiro] atraía estudantes, políticos, escritores, comerciantes, ambiciosos e curiosos em geral. Centro de todas as decisões, era o local onde se poderia iniciar uma carreira que desse prestígio e poder [...]. Ao longo do século XIX, a cidade [...] assumiu de forma hegemônica o papel de capital cultural, além de centro das decisões econômicas e político-administrativas, primeiro como município neutro da Corte e depois como capital federal (BESSONE, 1999, p.84-85).

Nesse contexto, se formaram advogados e médicos de renome, muitos dos quais frequentavam as bibliotecas “[...] com objetivos diversos [...]” (BESSONE, 1999, p.98). Dentre essas bibliotecas estavam a da Faculdade de Medicina, a da Escola da Marinha, a da Academia de Belas Artes, a Biblioteca Fluminense, o Gabinete Português de Leitura e outras.

Após períodos de esplendor, a maior parte das bibliotecas públicas estaduais<sup>3</sup> do Brasil entrou em decadência, poucas chegaram aos nossos dias renovadas e atualizadas. Quanto às bibliotecas especializadas “[...] o Brasil pode orgulhar-se [das suas]” (FONSECA, 2007, p.59), talvez isso se deva ao fato de que o esforço pelo desenvolvimento científico e tecnológico empreendido no Brasil levou os bibliotecários mais capazes para essas bibliotecas.

Biblioteca especializada “[...] se refere tanto à especialização das coleções como à tipologia dos usuários” (FONSECA, 2007, p.53). As primeiras bibliotecas desse tipo foram as dos laboratórios e das grandes empresas industriais e comerciais, e de associações profissionais, como a Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), por exemplo. Decorrem-se os anos, e ao final do Século XX é marcado pela implementação das tecnologias de informação e comunicação nas bibliotecas, que resultaram na automação de serviços e produtos que, em geral,

agilizam suas atividades. É evidente que nem todas as bibliotecas brasileiras acompanharam de maneira igual e concomitante esse desenvolvimento tecnológico. Acredita-se ser possível observar também o uso e o desenvolvimento dessas tecnologias, por meio dos catálogos das bibliotecas, seja por sua construção, sua forma ou seu suporte.

A automação tem se tornado cada vez mais sofisticada no decorrer dos anos. Esse é o contexto das bibliotecas no início do Século XXI. Os catálogos, aos poucos, incorporaram as tecnologias.

A catalogação do Século XXI se inicia com o entendimento de que a última versão do Código de Catalogação Anglo-Americano (CCAA)<sup>4</sup> não atende mais as demandas contemporâneas. As tecnologias desenvolvidas na sequência e após a Segunda Guerra Mundial eclodiram e se popularizaram sobremaneira na última década do Século XX e no início do XXI, inclusive seu uso em bibliotecas. Novos suportes de informação foram criados. Para tanto, a partir de 2005 iniciaram-se os trabalhos de construção de novas diretrizes para a catalogação denominada de *Resource Description and Access* (RDA), mais conhecida por sua sigla. No Brasil, entretanto, é possível observar apenas algumas iniciativas isoladas de estudos ou implementações em catálogos baseadas nas novas diretrizes, como no Sistema de Bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul (TEIXEIRA, 2013).

Independente do instrumento utilizado para a catalogação, o seu produto (o catálogo) é que torna possível a busca e recuperação da informação. Ao longo da história é possível verificar vários tipos de catálogos, desde manuais – em livros, folhas soltas ou fichas – até automatizados – em fichas, microfichas ou *online* (MEY, 1995).

A etimologia da palavra catálogo, segundo Fiuza (1987), vem do grego *katalogos*, que significa *Kata* – por, ou de acordo com; e *Logos* – palavra, ordem, razão; ou seja, seu conteúdo está arranjado segundo uma ordem, uma razão.

Lubetzky (1979) citado por Fiuza (1987, p.45), comenta sobre o catálogo de biblioteca, descrevendo a ideologia da catalogação que prevaleceu desde o Século XVI até meados do Século XIX:

[...] o catálogo é um auxiliar para localizar um livro dentro da biblioteca. Um livro é normalmente identificado pelo nome do autor [...] e pelo

título. Portanto, raciocinou-se, entradas sob o nome do autor e sob o título encontrado na folha de rosto ou em outra parte do livro, em conjunto com um símbolo para indicar sua localização nas estantes, permitiriam encontrar rapidamente um livro.

O catálogo, entre outras finalidades, pode ser considerado um instrumento desenvolvido para poupar tempo e esforço na busca por um livro, no caso da biblioteca. Por isso, estudar a evolução dos catálogos é uma forma de se conhecer o desenvolvimento da própria RI. A seguir, na próxima seção apresentará a análise dos catálogos da Biblioteca do IAB.

## **4 ANÁLISE DOS DADOS**

A análise dos dados foi dividida em duas partes, sendo a primeira referente a contextualização da Biblioteca, e a segunda parte destinada à análise do catálogo, de modo mais concreto, pois para entender os catálogos é necessário compreender a estrutura da Biblioteca.

### **4.1 Contextualização da Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros**

Almeida ([20--?]) relata que o IAB foi criado num contexto em que o Brasil precisava se organizar como um Estado soberano e afirmar valores de nacionalidade decorrentes de sua recente independência.

Os advogados de então atuavam tanto nas questões ainda hoje imprescindíveis, quanto na política e, também, na difícil tarefa de redação de todas as leis que substituiriam gradativamente a legislação portuguesa, na época em vigor. Os primeiros cursos de Direito foram criados em 1827; assim, desde o final de 1831 já existiam advogados formados em território nacional (ALMEIDA, [20--?]).

No período imperial, o IAB era um órgão governamental consultado pelo Imperador e pelos tribunais para auxiliar por meio de seus pareceres as decisões judiciais, e colaborava na elaboração de leis que governariam o País, por meio de seus associados (ALMEIDA, [20--?]).

De acordo com a autora supracitada, atualmente o IAB tem atuado junto aos Poderes da República, especialmente no Legislativo, contribuindo com pareceres

sobre os projetos de lei e nas diferentes comissões legislativas, assim como na esfera do ensino do Direito.

Sobre a criação de sua Biblioteca, é pertinente uma pequena contextualização:

Criado em 1843, o [então denominado] Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros foi presidido por muitos dos mais importantes juristas em atividade na Corte [...]. Mais tarde, a partir de uma doação citada no Jornal do Commercio, houve referência à biblioteca da Ordem, que deveria ser suprida, ao longo de sua existência, com obras de importante saber jurídico. Devia ser, naturalmente, um local de consultas frequentes pelos membros da instituição, para aprofundamento dos seus estudos (FERREIRA, 2001, p.9).

A ata de criação da Biblioteca possui a seguinte redação, seguida por quarenta e quatro assinaturas:

Aos 7 dias do mez de Setembro de 1895, no predio nº 43 da rua da Constituição, onde se achava reunido o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros em sessão solemne commemorativa do 52º aniversário de sua fundação, em presença das pessoas abaixo assynadas, pelo Exmo [...] Dr. Augusto Alvares de Azevêdo 1º Vice Presidente em exercicio foi convidado o Exmo [...] Conselheiro Olegario Herculano de [...] Castro, Presidente do Supremo Tribunal Federal para, abrindo a porta principal Bibliotheca, [...] esta devidamente inaugurada. Acceita a [...] foi praticada aquella solemnidade. E para constar foi lavrado este auto que vae assynado pela Directoria e membros do Instituto e mais pessoas presentes ao acto.

Eu, Manoel Alvaro de Souza Sa Vianna, 1º secretário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros fiz este auto e assigno (INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, 1895).

A Biblioteca é considerada uma das mais importantes no País na área do conhecimento jurídico, e tem por objetivo atender aos consócios e ao público em geral, seu acervo é composto por aproximadamente trinta e seis mil volumes (INSTITUTO..., 2014a; 2016). Em meados de 2014, foi nomeada de Biblioteca Daniel Aarão Reis em homenagem ao dedicado advogado que foi diretor da Biblioteca, segundo explicitado durante a entrevista.

A atual bibliotecária, revelou durante a entrevista, que atua há aproximadamente vinte anos na Biblioteca do IAB. Antes dela havia uma outra bibliotecária, e anterior a essa havia o “Senhor Castorino” (cujo nome completo e outras informações não puderam ser identificadas), responsável inicial pela organização da Biblioteca, entretanto, este não possuía a formação de bibliotecário.

O “Senhor Castorino” ingressou na Biblioteca em 1974 e utilizou uma técnica de organização que consistia em localizar os livros conforme o número da estante e da prateleira em que este era armazenado. Era um esquema de localização fixa com divisão de assuntos conforme a localização das obras que, entretanto, não acompanhou o crescimento das áreas do conhecimento.

Quanto à recuperação da informação foram abordados na entrevista os catálogos da Biblioteca. Sobre um possível primeiro catálogo ou inventário do acervo que datasse de sua fundação, a bibliotecária acredita que não houve essa preocupação na época.

Foi encontrado no acervo da Biblioteca um catálogo em formato de livro, que não foi possível identificar se ele era efetivamente um catálogo usual ou somente um catálogo comemorativo. Portanto, o primeiro instrumento efetivo seria um catálogo em fichas, manual.

Após este, numa primeira tentativa de automação da Biblioteca, foi desenvolvido um sistema no *software Access*<sup>5</sup> para a representação e recuperação das obras, alimentado com uma conversão retrospectiva do catálogo manual e a inclusão de novas obras, além do preenchimento de novos campos de representação que não havia nas fichas.

Atualmente, por iniciativa do estagiário, está sendo implantado o *software* Biblivre<sup>6</sup>, licenciado pela *General Public Licence da Free Software Foundation*, desenvolvido pela Sociedade dos Amigos da Biblioteca Nacional (SABIN), com o apoio do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Com o uso deste último, o acervo está sendo reclassificado e recatalogado.

Com bases nesta contextualização, selecionou-se os catálogos que seriam utilizados como base para a investigação e constatação de como a catalogação se desenvolveu na biblioteca

## **4.2 Os Catálogos da Biblioteca**

Como resultado da pesquisa documental foram analisados os quatro catálogos disponíveis na Biblioteca, sendo: um impresso, de 1943; um manual em fichas,

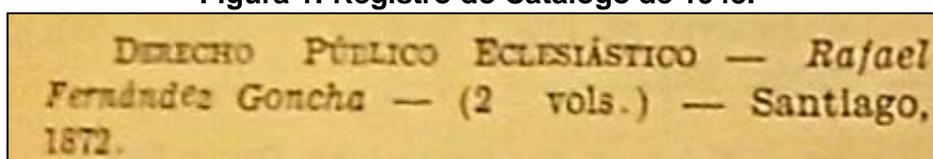
provavelmente da Década de 1970; um em *Access*, do início dos Anos 2000; e o gerenciado pelo *software* Biblivre, implantado em 2013. Ressalta-se que o acesso aos catálogos é realizado somente pelos funcionários da Biblioteca, não sendo abertos ao público, o que limitou de certa maneira a realização desta pesquisa.

Para a análise foram escolhidos os registros bibliográficos do assunto “Direito Canônico”, pois esse assunto constava em todos os catálogos da Biblioteca, além de que se mostrou um universo de amostra passível de ser observado durante esta pesquisa. Foram selecionados de forma aleatória: 10 (dez) registros no catálogo impresso; 4 (quatro) no catálogo em fichas; 5 (cinco) no catálogo em *Access*; e 1 (um) no catálogo do *software* Biblivre.

O primeiro catálogo recuperado pela pesquisa documental na Biblioteca foi um impresso, datado de 7 de agosto de 1943, ano do primeiro centenário do IAB que, ainda, se chamava Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Possivelmente, este foi apenas uma edição comemorativa para a divulgação do acervo, visto que não foram encontradas outras edições similares, anteriores ou posteriores.

O catálogo está estruturado por seções temáticas em que são apresentados os elementos descritivos. Os elementos de descrição presentes, em geral, são: título (em caixa alta e na língua do documento), autor, volumes, local e ano, separados por travessão, conforme o exemplo seguinte:

**Figura 1: Registro do Catálogo de 1943.**



Fonte: Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros - 1943.

Não foi possível identificar a data do segundo catálogo analisado, provavelmente origina-se na Década de 1970, quando o “Senhor Castorino” iniciou seus trabalhos na Biblioteca<sup>7</sup>. Os elementos de descrição presentes nas fichas de livros são: autor (com entrada pelo sobrenome provavelmente, seguido de nome completo entre parênteses), obra (título, desprezando-se os artigos iniciais), volumes, edição (ano), procedência (cidade), estante (localização) e número (de registro). Existiam também registros de artigos muito similares as ‘analíticas *in*’ do

Código de Catalogação Anglo-Americano (CCAA), segunda edição revista (2002), com os seguintes elementos: parte do título como entrada (em caixa alta), título seguido de reticências substituindo a parte do título utilizada como entrada, e a indicação do periódico (nome abreviado, ano do periódico, número ou volume/ano e indicação de página). Uma das fichas analisadas traz inclusive o termo 'in'.

**Figura 2: Exemplo de ficha manual de livro do catálogo.**

Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros	
Autor TAVARES ( JOAQUIM VILELLA DE CASTRO )	
Obra INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO ECCLESIÁSTICO	
Volumes 1	Edição 1856/67
Procedência RECIFE	
Estante 81 - 2	N.º 10.864

Fonte: Instituto dos Advogados Brasileiros - [1970?].

**Figura 3: Exemplo de ficha manual de artigo do catálogo.**

DIREITO CANÔNICO
O Novo Código de ... em sua perspectiva histórica., de Mário Curtis Giordani
in Rev. Forense vol. 284/84 - pág. 33

Fonte: Instituto dos Advogados Brasileiros - [1970?].

O terceiro catálogo analisado trata-se do banco de dados em Access, desenvolvido por volta do Ano 2000, substituiu o catálogo em fichas, houve um trabalho de recatálogo dos registros em fichas para o Access. Constitui-se, portanto, em uma primeira tentativa de automação do catálogo da Biblioteca. O

Access conta com campos para: registro, autor, título, classificação, procedência, editora, ano, data, idioma e observação. Sendo a entrada de autor na forma indireta do nome (sobrenome, nome), a classificação indica apenas a localização do item, por exemplo, o número da estante e da prateleira, ou se um DVD (que está armazenado em local específico, separado dos livros) indica-se apenas “DVD”. A ‘procedência’ refere-se ao local de edição da obra. No campo observação pode-se indicar a quantidade de volumes ou o nome de uma serie, por exemplo.

**Figura 4: Registro em Access.**

**Biblioteca do IAB**

**LIVRO TOMBO**

REGISTRO: 7328

AUTOR: CONCHA, RAFAEL FERNANDEZ

TÍTULO: DERECHO PÚBLICO ECLESIASTICO

CLASSIFICAÇÃO: PROCEDÊNCIA: EDITORA: SANTIAGO ANO: 1872

DATA: IDIOMA:

OBSERVAÇÃO: 2 VOLUMES

LOCALIZAR FECHAR

Registro: 7304 de 21220

**Fonte: Instituto dos Advogados Brasileiros - [2000?].**

Em 2013 a Biblioteca iniciou a implantação do *software* Biblivre para gerenciar o acervo, o qual utiliza o formato *Machine Readable Cataloging* (MARC 21), proporcionando dessa maneira a interoperabilidade. Não foi possível, entretanto, uma conversão direta do Access para o Biblivre, gerando a necessidade de uma recatálogo do acervo, que até a realização desta pesquisa não estava finalizada.

Com a utilização deste *software* foi possível também a adoção explícita de novos instrumentos de catalogação. Para o preenchimento dos campos afirma-se seguir as orientações do CCAA segunda edição revista; realizar consultas ao dicionário jurídico de Maria Helena Diniz e à Rede de Informação Legislativa e Jurídica; utilizar o Tesouro do Supremo Tribunal Federal, o padrão MARC 21, a Tabela Cutter, a Classificação Decimal Universal (CDU) e a Classificação Decimal de Direito para a classificação (INSTITUTO..., 2014b).

Segundo o projeto de manual da Biblioteca (INSTITUTO..., 2014b) devem ser preenchidos os campos do Biblivre: autor, responsabilidade do autor, título uniforme (quando necessário), *International Standard Book Number* (ISBN) ou *International Standard Serial Number* (ISSN), número de chamada (localização), descrição física, título, edição, local da editora, editora, ano de publicação, série, notas, assunto, responsabilidade secundária e CDU; seguindo determinados padrões estabelecidos. No registro observado consta os campos: autor (ordem inversa do nome), título (com barra de responsabilidade, mas sem a responsabilidade indicada), imprensa (local, editora e ano), descrição física (número de páginas), notas de bibliografia, notas de conteúdo, assunto tópico, ISBN, localização e CDU; além de dados do exemplar: tomo patrimonial, estado (emprestado ou não), disponibilidade e localização.

**Figura 5: Registro no Biblivre.**

**Manual prático de direito eclesiástico /**

**Autor:** Piccinini, Taís Amorim de Andrade.  
**Título:** Manual prático de direito eclesiástico /  
**Imprensa:** São Paulo : Saraiva, 2013.  
**Descrição física:** 258 p.  
**Notas de bibliografia:** Inclui notas explicativas, bibliográficas e bibliografia.  
**Notas de conteúdo:** A igreja diante da lei: natureza jurídica x lei civil. Liberdade religiosa: direito constitucional x igreja x indivíduo -- Estruturando a igreja: aula prática de procedimentos de estabelecimento, abertura e organização jurídica de uma igreja. Modelo de estatuto -- Remuneração pastoral -- Contribuição previdenciária e aposentadoria do pastor -- A igreja e a prática comercial -- Direito autoral -- Responsabilidade civil da igreja e do pastor -- Responsabilidade penal.  
**Assunto tópico:** Direito canônico, - Brasil.  
Igreja, - aspectos jurídicos, - Brasil.  
Patrimônio da igreja, - aspectos jurídicos, - Brasil.  
Igreja, - impostos, - Brasil.  
**ISBN:** 9788502187863  
**Localização:** 343 Direito Canônico e Eclesiástico  
**CDU:** 348

**Arquivos**  
Para remover um arquivo, use a aba MARC e remova o campo 856

Descrição do novo arquivo

**Exemplares**

---

**Tomo Patrimonial:** 21382  
**Estado:** Não emprestado  
**Disponibilidade:** Disponível  
**Localização:** 343.8702 P581m 2013

Fonte: Instituto dos Advogados Brasileiros - 2013.

Uma observação interessante a ser feita é que a Biblioteca optou por utilizar a classe de Direito da CDU para classificar a obra e não em religião como se destacou

na seção anterior deste trabalho. Isso propicia, se todas as demais obras forem catalogadas sob este mesmo ponto de vista (como relacionadas principalmente ao assunto Direito) uma maior reunião das obras pelo assunto de interesse dos usuários desta Biblioteca, o Direito, sendo esses principalmente advogados.

A partir da análise individual dos quatro catálogos, pode-se verificar que apenas o último catálogo analisado segue instruções de padrões internacionalmente aceitos/acordados/mais utilizados para RI. Os outros foram elaborados de acordo com os recursos disponíveis na Biblioteca, apesar de já existirem padrões de RI mundialmente acordados, e, inclusive, amplamente utilizados no Brasil, como a *International Standard Bibliographic Description* ou Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (ISBD), por exemplo, no concernente à pontuação padronizada.

Entre os catálogos manual em fichas e o automatizado em *Access* não houve grandes modificações em relação a possíveis acréscimos de campos de descrição, basicamente repetem-se os mesmos elementos. Não há totalmente a qualidade de uniformidade, conforme Mey e Silveira (2009) consideram necessária aos catálogos, nos registros bibliográficos dos artigos em fichas e no *Access*, evidenciado pelo uso de diferentes formas do campo destinado a 'observações'. Por outro lado, o manual em livro e o do *BibliVre* cumprem este requisito de qualidade.

O tratamento de assuntos se demonstrou carente ou quase nulo nos catálogos em *Access* e em fichas. Entretanto, nos outros dois catálogos este é um ponto forte. Quanto aos dados de localização apenas o catálogo impresso (em livro) deixa a desejar, assim como no quesito de dados de exemplares, também por isso constata-se que, possivelmente, este era somente uma edição comemorativa para divulgação, e não necessariamente para a recuperação de registros do conhecimento.

Na entrevista questionou-se sobre as perspectivas futuras quanto ao catálogo, os entrevistados mencionaram o desejo de adquirir um *software* e a manutenção de sua assistência técnica, para prover um melhor gerenciamento do acervo e disponibilização do catálogo aos usuários.

A mudança do catálogo em *Access* para o *BibliVre* foi uma iniciativa do estagiário, incentivado pela bibliotecária. Isso demonstra a importância da troca entre o profissional e o estudante. Observa-se também que houve vários empecilhos para

a adoção de um catálogo mais condizente com a realidade institucional, por exemplo, o uso do formato MARC e de um sistema desenvolvido especificamente para fins biblioteconômicos. Os fatores envolvem desde questões econômicas até questões políticas, que podem ser melhor abordadas em pesquisas futuras.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise dos quatro catálogos, observa-se que a Biblioteca do IAB teve três momentos expressivos em sua trajetória em relação a catalogação: o primeiro se refere a organização de fato do acervo, por meio da elaboração do catálogo em formato de livro, primeiro catálogo analisado, (apesar de ser questionável se era uma edição comemorativa), posteriormente com a elaboração do catálogo em fichas (segundo catálogo analisado) e da sistematização da disposição do acervo nas estantes. Um segundo momento de automação (terceiro catálogo analisado), mantendo-se, entretanto, basicamente os mesmos elementos de representação bibliográfica dos catálogos manuais. E, um último momento (quarto catálogo analisado), pela busca por interoperabilidade, com a adoção explícita de padrões bibliotecários de uso internacional, como a adoção do MARC 21 com o sistema Biblivre.

Constatou-se que a Biblioteca do IAB implementou os mecanismos de representação e recuperação da informação, assim como adotou sistemas informatizados, conforme tiveram acesso a esses recursos. Portanto, observa-se que em relação ao âmbito internacional, o desenvolvimento da catalogação e o desenvolvimento dos catálogos nessa instituição ocorreram de modo mais lento que em outras instituições com mais recursos econômicos e recursos humanos.

É comum observarmos no Brasil diferentes realidades, algumas bibliotecas ainda utilizam catálogos manuais, outras estão em fase de automação e outras com catálogos modernos. Sabe-se que muitos dos instrumentos utilizados na catalogação atualmente, em especial na representação descritiva, foram e são aqueles desenvolvidos principalmente na Europa e nos Estados Unidos (como o CCAA e o RDA, por exemplo) muitas vezes como resultados de discussões prévias em eventos da área. Questiona-se a partir disso a relativa demora na adoção de processos e

instrumentos no Brasil. Talvez isso tenha relação com a baixa representatividade de catalogadores brasileiros em eventos realizados em outros países, com a baixa incidência de pesquisas na área, ou estaria relacionado à falta de recursos para a adoção desses instrumentos.

Diversos questionamentos podem ser levantados a partir desta pesquisa: por que ainda temos no Brasil bibliotecas sem Catálogos de Acesso Público *Online* (OPAC)? Seria decorrente de pouca divulgação científica entre os pares? A adoção de instrumentos ficaria a cargo do interesse individual do profissional que gere esse acervo ou faltam políticas institucionais? Seria, por fim, porque são poucos profissionais realizando várias tarefas ao mesmo tempo, que incumbiria a uma equipe? No que tange a esta Biblioteca analisada, seus catálogos atenderam e atendem às necessidades de seus usuários? Pensa-se que são questões válidas para reflexão e para posteriores investigações.

Considera-se, por fim, que embora a realidade da catalogação desta Biblioteca analisada possa ser compartilhada por outras, não é possível generalizar os resultados desta às realidades de todas as bibliotecas criadas no Rio de Janeiro no Século XIX, pois cada uma possui seus próprios contextos e tempo de desenvolvimento e, ainda, conforme as demandas de seus usuários. Para uma análise mais representativa da realidade do Rio de Janeiro ou mesmo numa escala maior, a do Brasil, têm-se como possibilidade de pesquisa futura um estudo de caso comparativo e mais aprofundado entre diferentes bibliotecas, o que possibilitaria traçar um histórico geral das atividades bibliotecárias no Rio de Janeiro ou no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. de S. e. **Em breves linhas**: [História do IAB]. [S.l.: s.n.], [20--?]. Disponível em: <[http://www.iabnacional.org.br/rubrique.php3?id\\_rubrique=2](http://www.iabnacional.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=2)>. Acesso em: 5 set. 2015.

BESSONE, T. M. **Palácios de destinos cruzados**: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

FERREIRA, T. M. T. B. da C. As bibliotecas públicas cariocas no século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande, MS. **Anais...** [Campo Grande, MS]: INTERCOM, 2001.

FIUZA, M. M. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.16, n.1, p.43-53, set. 1987. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>>. Acesso em: 21 out. 2016.

FONSECA, E. N. da. **Introdução à Biblioteconomia**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Pesquisa. **Cadastro de Bibliotecas**. Disponível em: <[http://sistemas.conectait.com.br:8097/bn/aceso\\_externo/pesquisar\\_bibliotecas](http://sistemas.conectait.com.br:8097/bn/aceso_externo/pesquisar_bibliotecas)>. Acesso em: 16 set. 2013.

INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. **Catálogo da Biblioteca**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1943.

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. **[Ata de criação da biblioteca]**. Rio de Janeiro, 1895. Manuscrito.

\_\_\_\_\_. Biblioteca. **Acervo**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.iabnacional.org.br/biblioteca/nosso-acervo>>. Acesso em: 23 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Biblioteca. **História**. Rio de Janeiro, 2014a. Disponível em: <[http://www.iabnacional.org.br/rubrique.php3?id\\_rubrique=27](http://www.iabnacional.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=27)>. Acesso em: 24 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Biblioteca. **Projeto manual iab.docx**. Rio de Janeiro, 2014b. Não publicado.

\_\_\_\_\_. **[Catálogo Acess]**. Rio de Janeiro: IAB, [2000?].

\_\_\_\_\_. **[Catálogo Biblivre]**. Rio de Janeiro: IAB, [2013].

\_\_\_\_\_. **[Catálogo manual]**. Rio de Janeiro: IAB, [1970?].

JIMÉNEZ MIRANDA, J. Consideraciones teóricas y prácticas para la catalogación descriptiva en la Biblioteca Médica Nacional. **ACIMED**, La Habana, v.11, n.1, ene.-feb. 2003.

MARTINS, W. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. In: \_\_\_\_\_. **A palavra escrita: história do livro da imprensa e da biblioteca**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2001. p.357-365.

MEY, E. S. A. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

SCHWARCZ, L. M. D. João VI e os livros no Brasil: o caso da Real Biblioteca. **Revista Convergência Lusíada**, Rio de Janeiro, n.24, p.67-98, 2007. Disponível em: <<http://www.realgabinete.com.br/portalweb/portals/0/documentos/revista24.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2015.

SOUZA, T. B. de. **O ensino de Representação Descritiva nos cursos da área de Ciência da Informação no Brasil e em Portugal**: estudo comparativo. 2009. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Documentais, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10216/20396>>. Acesso em: 23 out. 2016.

TEIXEIRA, M. V. O RDA no controle de autoridades do sistema de bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9., 2013; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <<http://www.enacat.ufscar.br/index.php/eic-enacat/eic-enacat/schedConf/presentations>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

## NOTAS

---

- <sup>1</sup> Esta primeira etapa da pesquisa foi realizada em 2013 como parte de um projeto de iniciação científica das autoras na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- <sup>2</sup> Exceto as denominadas 'escolares'.
- <sup>3</sup> Não no sentido estrito de abertas ao uso do público em geral, mas aquelas que são financiadas pelo governo.
- <sup>4</sup> Segunda edição revista de 1988, que recebeu diversas emendas e revisões até 2005, sendo a versão traduzida no Brasil a revisão realizada em 2002, cuja publicação se deu em 2004 (MEY; SILVEIRA, 2009).
- <sup>5</sup> O *Access* é uma ferramenta de criação e gerenciamento de banco de dados que compõe o pacote *Microsoft Office*, cuja versão utilizada na Biblioteca é a 2000.
- <sup>6</sup> *Site* do Biblivre. Disponível em: <<http://biblivre.org.br/index.php/sobre-bibliivre>>. Acesso em: 18 ago. 2015.
- <sup>7</sup> Citado na entrevista, o "Senhor Castorino" teria participado da organização da Biblioteca do Supremo Tribunal Federal, quando a sede era no Rio de Janeiro. Foi então convidado para organizar a Biblioteca do IAB, sabe-se que ele chegou a iniciar um curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, mas não chegou a finalizar. Ele utilizou um método de estante/prateleira para a localização das obras que, em 2014 ainda estava em processo de modificação para a localização conforme a Classificação Decimal de Direito.

### **Gerlaine Pereira da Rocha**

Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro  
E-Mail: [gerlaine.rocha@gmail.com](mailto:gerlaine.rocha@gmail.com)  
Brasil

### **Naira Christofolletti Silveira**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)  
E-Mail: [naira.silveira@unirio.br](mailto:naira.silveira@unirio.br)  
Brasil